

## 22º Congresso Nacional do Partido Socialista

### Moção Política de Orientação Nacional

#### “Geração 20/30”

##### Introdução

O XXII Congresso do Partido Socialista ocorre a um ano e meio do final desta legislatura, num momento em que o Governo do Partido Socialista está em plena execução do seu programa do Governo e tem muito trabalho pela frente. Ao mesmo tempo, este é o momento certo para iniciar a preparação do próximo ciclo. Um ciclo que será marcado por eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2019, pelas eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira e para a Assembleia da República, também em 2019.

Um dos fatores que contribuiu para o sucesso da governação do PS foi a forma como preparámos as nossas bases programáticas: um processo de discussão aberta ao exterior, participada no seio do Partido Socialista e que recolheu contributos dos mais variados setores. A forma como construímos os documentos estratégicos - a “Agenda para a Década”, o cenário macroeconómico “Uma década para Portugal” e, depois, o Programa Eleitoral do PS - traduziu-se em bases programáticas sólidas que nos têm guiado durante estes dois anos e meio de governação.

Se hoje o PS se pode orgulhar de dizer “prometemos, cumprimos”, é por termos tido o cuidado de preparar bem, com rigor e ambição, os compromissos que assumimos com os portugueses. Há quatro anos, iniciámos esse caminho com a Agenda para a Década. Agora retomamos essa visão estratégica para a preparação do novo ciclo.

É essa a proposta que se faz nesta Moção de Orientação Estratégica: olhar para o médio e longo prazo, para as grandes questões estratégicas que se colocam ao País. Propomos que nos concentremos em quatro desafios fundamentais:

- as alterações climáticas;
- a demografia;
- a sociedade digital;
- as desigualdades.
-

O título da moção – Geração 20/30 - tem um duplo sentido: o sentido de ser o horizonte entre 2020 e 2030, a próxima década; mas também um desafio geracional, porque as grandes questões que selecionamos são, em grande medida, desafios para a geração 20/30. Não significa que estes não sejam desafios já do presente, mas a nossa geração tem como missão, sobretudo, preparar o País para que esta geração 20/30 possa viver todas as oportunidades para se realizar plenamente.

O PS apresenta-se aos portugueses neste novo ciclo depois de dois anos e meio de uma governação de sucesso, que permitiu melhorar a vida dos portugueses, a economia e o emprego, restabelecer a confiança e a esperança no futuro. A governação do PS mostrou que era mesmo possível virar a página da austeridade, honrar a palavra dada aos portugueses e respeitar os compromissos internos e internacionais. Uma governação que, a respeitar os seus compromissos, tem resultado num aumento da confiança dos portugueses na democracia e nas instituições.

Está, no essencial, cumprido com êxito o programa de recuperação de rendimentos e da confiança, da economia e do emprego, bem como das finanças públicas e da credibilidade internacional do país. Agora, desenha-se um novo ciclo na sociedade portuguesa. E o novo ciclo tem de ser o da consolidação desta recuperação e, sobretudo, o de garantir a sustentabilidade deste trajeto virtuoso no longo prazo. É para este desígnio que concorrem as quatro prioridades estratégicas identificadas.

O PS apresenta-se a este novo ciclo com a tranquilidade e a transparência de quem fez escolhas claras e as assumiu nos momentos certos perante o país. Em todos os documentos estratégicos do caminho que percorremos estava bem expressa a recusa em ficar limitado pela estreiteza das escolhas do passado.

## **1. Um partido forte e dinâmico para construir o futuro**

O PS teve desde o seu último congresso uma grande vitória nas eleições regionais dos Açores e a sua maior vitória eleitoral de sempre nas eleições autárquicas de 2017. Estas vitórias só foram possíveis por termos um partido forte, dinâmico e modernizado.

É da maior importância acompanhar a atividade que temos no governo com a atividade do partido a todos os níveis, ao nível federativo, ao nível concelhio e ao nível das secções. Só um partido vivo assegura a correta e adequada ligação permanente entre a sociedade na sua diversidade e de todos aqueles que exercem funções em nome do Partido Socialista. Seja numa freguesia, seja num município, numa região autónoma, no Governo ou na Assembleia da República, é fundamental para o nosso trabalho termos um partido vivo, aberto e em contacto permanente com a sociedade, e que não seja uma correia de transmissão do Governo, da Câmara ou da Freguesia, mas a voz participada dos cidadãos.

E foi por isso fundamental a existência, pela primeira vez, de uma figura prevista nos estatutos: o Secretário-Geral Adjunto.

Para preparar o próximo ciclo eleitoral:

- Realizaremos uma Convenção Nacional em janeiro de 2019 para construirmos uma plataforma vencedora, assente nos valores que unem a Europa e Portugal, para as eleições para o Parlamento Europeu. Para enfrentar este desafio contamos com todos os socialistas e com todos os portugueses.
- Em junho de 2019 realizaremos uma Convenção Nacional para a aprovação do Programa Eleitoral do Partido Socialista. Até lá, o Gabinete de Estudos deve preparar o Programa, em permanente diálogo com diferentes setores da sociedade e com todas as estruturas do PS. Esse trabalho deve partir destas áreas estratégicas para o futuro do país e deve permitir ao PS apresentar-se às próximas eleições legislativas, à semelhança do que aconteceu há dois anos e meio, com bases programáticas sólidas, com um Programa com objetivos claros e compromissos ambiciosos.

As autonomias regionais dos Açores e da Madeira são uma marca do Portugal democrático. A consagração de órgãos de governo próprio nas regiões autónomas (RA) dos Açores e da Madeira constituiu o maior sinal de respeito e confiança de todo o Portugal pelas realidades insulares.

Se é verdade que o aprofundamento das autonomias regionais não é património exclusivo de ninguém, é justo reconhecer no PS a força partidária que ao longo da nossa história democrática mais contribuiu para esse aprofundamento: nas sucessivas revisões constitucionais; na aprovação dos estatutos político-administrativos das RA, na normalização do relacionamento financeiro entre o Estado Central e as Regiões Autónomas.

No ano de 2018, realizar-se-ão eleições legislativas regionais na Região Autónoma da Madeira. A expectativa do PS é oferecer uma solução de governo estável e duradoura aos madeirenses, em consequência de um projeto político abrangente envolvendo a sociedade madeirense.

## 2. O projeto governativo do PS: cumprir as promessas, alcançar os resultados, reaver a credibilidade do país

Ao longo destes dois anos e meio fomos capazes de construir uma alternativa que provou ser estável e coerente, que rompeu o conceito de “arco da governação” e acabou com o tabu das soluções governativas com apoio maioritário da esquerda, assim enriquecendo a nossa democracia.

Ao longo destes dois anos e meio o Governo do PS foi cumprindo os compromissos que assumiu no seu Programa Eleitoral, primeiro, e no Programa do Governo, depois, nas diferentes áreas.

Cumprimos a promessa de **repor os rendimentos e quebrar o ciclo de empobrecimento**, com a reposição dos salários da Administração Pública, com o aumento do salário mínimo nacional (que cresceu 15% em termos nominais, 11% em termos reais), com a reposição da atualização regular das pensões, com a eliminação da sobretaxa de IRS e da CES, que foi

aplicada aos pensionistas pelo Governo da direita, e com o alívio do IRS para a classe média com a criação de novos escalões.

Cumprimos o compromisso de garantir **maior justiça fiscal**, com a substituição do quociente familiar de 2015 pela dedução fixa por filho, com a recuperação da cláusula de salvaguarda do IMI e a garantia de impenhorabilidade da casa de morada de família, com a revogação da isenção de IMI e IMT para fundos de investimento e a introdução do adicional ao IMI para património de elevado valor; aumentámos a derrama para empresas com lucros superiores a 35 M€.

Cumprimos nas **políticas de coesão social** com que nos comprometemos no Programa Eleitoral com que nos apresentámos às eleições legislativas de 2015, através do aumento dos mínimos sociais (CSI, RSI) e do reforço do Abono de Família, da criação da Prestação Social para a Inclusão (para pessoas com deficiência), da automaticidade da Tarifa Social de Energia para utentes economicamente vulneráveis e do lançamento de um mecanismo que permite a aplicação da Tarifa Social da Água por parte dos municípios e, nas pensões, com a aumento extraordinário das pensões mais baixas e a valorização das carreiras mais longas no cálculo das pensões.

Recuperámos o equilíbrio financeiro do regime previdencial da Segurança Social, eliminando e dois anos a necessidade de transferências excepcionais do orçamento do Estado para a Segurança Social. Em conjunto com este reequilíbrio criaram-se novas fontes de financiamento da Segurança Social (consignação do adicional ao IMI e de um valor percentual do IRC). Este conjunto de mudanças veio melhorar de forma significativa a sustentabilidade de longo prazo da Segurança Social.

Cumprimos na prioridade dada à **criação de emprego e à dignificação das relações laborais**. Nos últimos dois anos foram criados 288 mil empregos, a proporção de vínculos sem termo no total da população empregada aumentou e o salário mínimo subiu de 505 euros para 580 euros, devendo atingir os 600 euros em 2019. Houve um diálogo permanente com os parceiros sociais nas diferentes áreas da governação e em particular na concertação e, em clara rutura com o ciclo político anterior, foi assumida uma política de estímulo à negociação coletiva, que ultrapassou em 2017 os 800 mil abrangidos. Foram repostas as 35 horas na Administração Pública, foi revogado o regime de requalificação na Administração Pública, iniciou-se o descongelamento das carreiras da função pública e está em curso um programa para acabar com os vínculos precários e ilegítimos no Estado, fazendo corresponder a um posto de trabalho permanente um vínculo permanente. Eliminou-se o corte de 10% no subsídio de desemprego a partir do 6.º mês e aprovou-se um regime de acesso a reformas antecipadas por trabalhadores com longas carreiras contributivas e que tenham começado a trabalhar entre os 12 e os 14 anos. Estão a ser reforçados os quadros e os meios ao dispor da Autoridade para as Condições do Trabalho para garantir uma mais efetiva capacidade de atuação. Mais recentemente, foram submetidas à apreciação da concertação social um conjunto de medidas para reduzir a precariedade e para valorizar a contratação coletiva, reservando o instrumento do banco de horas para as convenções coletivas.

Também na **aposta na escola pública e no reforço do SNS** o Governo cumpriu os seus compromissos eleitorais. Na educação, os manuais escolares são gratuitos para alunos do 1.º ciclo, lançámos o programa de combate ao insucesso escolar, as tutorias no ensino básico e a flexibilização pedagógica na gestão dos currículos e estamos a concretizar a universalização do ensino pré-escolar. Na saúde, melhorámos o acesso com a redução dos



valores das taxas moderadoras, com o alargamento da população abrangida por médico de família, com a abertura de novas USF e com o aumento das camas em cuidados continuados. Reforçámos significativamente os recursos humanos no SNS. Melhorámos a qualidade, com a introdução de cuidados de saúde oral e visual nos cuidados de saúde primários, o lançamento da construção de novos hospitais e mais consultas e mais cirurgias no SNS. Garantimos a transparência, com a introdução da liberdade de escolha dentro do SNS e a criação do Portal do Serviço Nacional de Saúde.

Estamos a cumprir o relançamento da **aprendizagem ao longo da vida**, tendo sido criado o Programa Qualifica para recuperar a formação e qualificação de adultos abandonadas pela direita, já com mais de 165 mil inscritos, bem como o Programa InCode2030, para melhorar de forma articulada as competências digitais em todos os públicos, dos mais desfavorecidos aos mais qualificados, em todos os níveis de ensino e na formação profissional, e nos centros de investigação e universidades.

Cumprimos no reforço do **investimento em Ciência e em Tecnologia**. Aprovámos um regime de contratação de doutorados promovendo o rejuvenescimento dos recursos humanos do sistema científico nacional. Promovemos a colaboração na investigação aplicada entre instituições de ensino superior e empresas através dos Laboratórios Colaborativos. Aumentámos o número de vagas no Ensino Superior e reforçámos a Ação Social Escolar para uma maior democratização da formação superior. Apostámos na formação avançada aumentando o número de bolsas de doutoramento concedidas. Garantimos a instalação nos Açores do AIR Centre, Centro Internacional de Investigação do Atlântico, orientado para a investigação oceânica e do clima.

Cumprimos no propósito de **relançar o crescimento, dinamizar a economia** e apostar no conhecimento. Acelerámos a execução dos fundos comunitários que se encontravam estagnados, tendo atingido o montante de mais de 1300 milhões de euros pagos até ao final de dezembro de 2017. O Programa de Desenvolvimento Rural já efetuou mais de 1100 milhões de euros de pagamentos, tendo 2016 sido o melhor ano de sempre em termos de candidaturas aprovadas.

Promoveu-se a melhoria da **situação financeira das empresas** com a criação do Programa Capitalizar. Foram aprovadas mais de 50 medidas de simplificação administrativa, de fiscalidade, de estruturação empresarial, de alavancagem de financiamento e investimento e medidas de dinamização do mercado de capitais. Reduzimos o IVA da restauração dinamizando um setor que é um forte gerador de emprego. Reduzimos o montante do Pagamento Especial por Conta aliviando a tesouraria das pequenas e médias empresas. Foi eliminado o IVA alfandegário melhorando de forma significativa a tesouraria das empresas importadoras e que são muitas vezes também elas exportadoras.

Foi criado o programa StartUp Portugal para promover o dinamismo empreendedor e foi criado o Programa Indústria 4.0 para a digitalização da economia, elevando as competências das empresas e dos seus recursos humanos. Foi criado o Programa Interface, que reforçará a ligação das estruturas de produção de conhecimento à indústria, promovendo a inovação e a transferência de tecnologia, aumentando por esta via a competitividade das empresas portuguesas. Na área do Mar, foi lançado o Fundo Azul, já com 70 M€ de investimento proposto, e está em curso a Estratégia para a Competitividade dos Portos

Cumprimos no propósito de **estabilizar o sistema financeiro**, que irresponsavelmente o governo anterior deixou debilitado. Fizemos a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos

em condições de mercado, eliminando as pressões para a sua privatização. Foram criadas condições à recapitalização do sistema financeiro adequando o prazo de pagamento do empréstimo do Fundo de Resolução. Concretizámos a venda do Novo Banco, apesar das condições desvantajosas deixadas por uma resolução decidida em 2014.

Cumprimos ao retomar a modernização do Estado e a simplificação administrativa e no alargamento dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas. O *Simplex* voltou com mais de 200 medidas de simplificação em implementação, entre as quais o IRS Automático que permitiu reduzir de 30 para 12 dias o prazo de reembolso. Foram abertas mais 17 Lojas do Cidadão e os seus serviços foram expandidos a mais de 229 Espaços do Cidadãos, alargando assim a rede de serviços de proximidade prestados pelo Estado. Foi iniciado um processo abrangente de revisão da despesa pública que permitirá poupanças e melhorias de desempenho dos serviços públicos centralizando procedimentos de aquisição. Estamos em vias de concluir a aprovação na AR dos diplomas fundamentais e de finalizar a negociação com a ANMP e com a ANAFRE sobre os diplomas setoriais que concretizam o mais profundo processo de descentralização, que definimos desde o início como a pedra angular da reforma do Estado.

Cumprimos ao assumir uma **nova atitude na Europa** adotando uma posição de negociação ativa junto das instituições europeias. Foi desta forma que Portugal conseguiu anular as sanções por incumprimento da meta do défice orçamental entre 2013 e 2015 e foi também desta forma que os Orçamentos do Estado para 2016, 2017 e 2018 foram aceites apesar do reconhecimento de uma alteração de políticas. Mas Portugal provou também que a nova política proposta não só não era incompatível como até promovia a consolidação orçamental e, por isso, saímos do Procedimento por Défices Excessivos e da classificação de país com desequilíbrios macroeconómicos. O reconhecimento da credibilidade de Portugal é evidente e traduz-se no papel ativo nas discussões europeias, nas mudanças de *rating* da República, e também na eleição do ministro das Finanças português para a presidência do Eurogrupo. Estamos na linha da frente das reformas europeias, de que é exemplo a contratualização com a Comissão Europeia do projeto-piloto de reformas para a qualificação de adultos.

Cumprimos ao garantir o interesse público nos setores estratégicos. Revertemos a concessão ilegal dos transportes públicos urbanos e municipalizámos o transporte rodoviário aproximando a gestão do interesse das populações por eles servidas. Promovemos o regresso do investimento no setor, recuperámos muitos dos passageiros perdidos nos anos do governo da direita e melhorámos e aumentámos a oferta. Garantimos o controlo público da TAP através de um acordo com os acionistas que reservou ao Estado metade do capital da transportadora aérea nacional. Cumprimos ao garantir o interesse público nas rendas do setor energético.

Cumprimos na **valorização do território** e na prioridade dada aos territórios de baixa densidade. A Unidade de Missão para a Valorização do Interior desenvolveu o Programa Nacional para a Coesão Territorial que identifica 164 medidas para ajudar ao desenvolvimento do interior e contrariar a tendência de desertificação dos últimos anos. De entre as medidas destacam-se um quadro fiscal mais favorável, incentivos à fixação de médicos no interior, apoio à mobilidade geográfica de desempregados, instalação de serviços públicos, medidas de alargamento da mobilidade e outras medidas de



discriminação positiva. Cumprimos ao devolver serviços públicos judiciais a territórios que tinham sido privados de tribunais por decisão do governo PSD/CDS.

Cumprimos ao apresentar em outubro de 2016 um conjunto alargado de medidas que constitui uma verdadeira **reforma da floresta em Portugal**. Submetemos os diplomas a uma consulta pública de três meses para garantir a máxima participação e envolvimento. Foram tomadas medidas no âmbito da titularidade da propriedade florestal com a implementação de um Sistema de Informação Cadastral e a dinamização de um Fundo de Mobilização de Terras. Foram tomadas medidas no domínio da gestão e do ordenamento florestal como a simplificação da constituição de Zonas de Intervenção Florestal e a instituição de incentivos e isenções fiscais aplicáveis às Entidades de Gestão Florestal. Foram tomadas medidas de defesa da floresta como a criação do Programa Nacional de Fogo Controlado e a revisão do regime jurídico das ações de arborização, travando a expansão da área de eucalipto.

Cumprimos na construção de uma **sociedade mais igual**. Cumprimos na eliminação da discriminação na adoção por casais do mesmo sexo e no alargamento do recurso à Procriação Medicamente Assistida. Cumprimos ao restabelecer o respeito e dignidade das mulheres portuguesas revogando as leis que alteraram o acesso à IVG, salvaguardando a saúde sexual e reprodutiva. Aprofundámos as medidas de promoção de igualdade entre homens e mulheres introduzindo quotas de género nos órgãos de administração das empresas cotadas e no setor público empresarial. Apresentámos uma proposta de lei para promover um combate eficaz às desigualdades remuneratórias entre homens e mulheres. Aumentámos o patamar mínimo de representatividade de género nas listas eleitorais de 33% para 40%. Aprovámos medidas para estabelecer a representação equilibrada no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública com um patamar mínimo de 40%. Cumprimos na disponibilidade manifestada aos nossos parceiros europeus para receber em Portugal um número de refugiados superior à quota estabelecida no contexto do êxodo da guerra síria. Aprovámos a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação que define, até 2030, orientações e medidas de política pública nos domínios da igualdade entre mulheres e homens, da prevenção e combate à violência contra as mulheres, violência doméstica e discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género e características sexuais.

Cumprimos também na **aposta na Cultura**, cuja criação do ministério foi acompanhado de uma política de investimento. Investimento com a não alienação da coleção Miró que, numa lógica de desconcentração, ficou sediada no Porto. Investimento na aquisição de seis obras da pintora Vieira da Silva para ficarem sediadas na fundação com o seu nome. Investimento com a criação do Programa Revive que recupera património imobiliário histórico, valorizando ainda o seu potencial turístico. Investimento no reforço do apoio às artes com um crescimento de 79% no período 2018-2021 face ao período precedente. Investimento com a gratuidade da entrada nos museus e monumentos nacionais aos domingos e feriados.

Cumprimos na promoção da **sustentabilidade ambiental**, vinculando o país ao ambicioso Acordo de Paris, aumentando de forma expressiva a potência instalada em energias renováveis, incluindo a aprovação de uma estratégia para as energias renováveis oceânicas. Cumprimos retomando a aposta na mobilidade elétrica com incentivos à aquisição de veículos elétricos e com um ambicioso programa de renovação das frotas dos transportes públicos urbanos. Aprovámos o novo estatuto jurídico dos animais, no qual se reconhece a natureza de seres vivos dotados de sensibilidade. Aprovámos o fim gradual da isenção de

pagamento de ISP pelas centrais de produção de energia elétrica a partir do carvão e regulámos a atividade de transporte em veículo descaracterizado. Aprovámos um plano de ação para a economia circular, elemento essencial para promover a dissociação entre o crescimento económico e o aumento do consumo de recursos.

Cumprimos na apresentação de uma **Nova Geração de Políticas de Habitação** que terá um Programa de Arrendamento Acessível para as classes médias com dificuldades de acesso ao mercado, um Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que pretende assegurar uma habitação digna e adequada a agregados familiares em situação de grave carência habitacional. Foi dinamizado o Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado, que será mobilizado para o Programa do Arrendamento Acessível. Foi aprovado um incentivo fiscal ao arrendamento de longa duração e criado um seguro de renda para minimizar a insegurança dos arrendatários e, assim, facilitar o acesso ao arrendamento. Alargámos as condições de acesso e os montantes afetos ao Programa Porta 65 possibilitando o acesso à habitação a mais jovens durante um período de tempo mais alargado.

Cumprimos e estamos a cumprir tudo aquilo com que nos comprometemos perante os portugueses e perante os nossos parceiros parlamentares. E se hoje os resultados são melhores é porque boas políticas dão bons resultados. Em pouco mais de dois anos foram criados 288 mil empregos. Sempre dissemos que não haveria boas contas públicas sem um bom desempenho económico e a criação de emprego é ilustrativa. Menos 450 milhões de euros em subsídios de desemprego e mais 1600 milhões de euros em contribuições foram decisivos para que alcançássemos o menor défice da nossa democracia: 0,92% do PIB em 2017.

É inquestionável que a política de devolução de rendimentos levou a um aumento da confiança que deu um impulso decisivo à recuperação da economia. O crescimento de 2,7% do PIB registado em 2017 foi o maior deste século, o rendimento real das famílias aumentou 4,7% em dois anos, o investimento cresceu 9,1% em 2017 e há hoje menos 80 mil pessoas em situação de pobreza.

Não criámos só mais emprego como criámos melhor emprego. Apesar de Portugal ter ainda um peso de vínculos precários superior à média europeia, nos últimos dois anos o peso da contratação permanente na população empregada aumentou. Mais de 40 mil pessoas que estavam empregadas a tempo parcial involuntariamente encontraram um emprego a tempo completo. O dinamismo do mercado de trabalho permitiu recuperar 45 mil desencorajados para a população ativa. Há hoje menos 200 mil desempregados, dos quais 150 mil desempregados de longa duração.

As desigualdades caminham para atingir os níveis mais baixos de sempre depois dos sérios agravamentos verificados no ciclo político anterior, ainda que a sociedade portuguesa persista mais desigual que a média da União Europeia. Temos hoje mais e melhores serviços públicos. Há hoje mais 7900 profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, correspondendo a um crescimento de 6,3%, houve um aumento da atividade global no SNS, uma expansão da Rede de Cuidados Continuados Integrados e reduziu-se a despesa das famílias com saúde. Nos transportes públicos urbanos a aposta do governo já resultou num reforço de 3% dos recursos humanos, um aumento de 9,1% de passageiros, um crescimento de 6,3% da oferta e o investimento até 2019 vai quadruplicar o realizado na legislatura anterior. Na educação temos hoje mais 7000 professores, mais 2500 assistentes

operacionais e está em curso um investimento de mais de 230 milhões de euros na requalificação de mais de 200 escolas.

### 3. Construir o futuro: um projeto de geração

As próximas décadas confrontam-nos com um mundo em mudança acelerada. Os desafios estratégicos que selecionámos interpelam-nos quanto ao que podemos fazer hoje para minimizar o impacto da mudança que se avizinha. As mudanças nunca são plenamente positivas ou negativas, mas a velocidade e intensidade a que se processam gera uma natural insegurança. É para reduzir essa insegurança, para maximizar as virtualidades e para potenciar as oportunidades que é crítico pensar as políticas que poderemos implementar no médio prazo para melhor preparar as futuras gerações para estes desafios estratégicos.

O facto de encararmos estes desafios como geracionais não significa que não sintamos já hoje os seus efeitos. O desafio das alterações climáticas vivemo-lo no nosso dia-a-dia, como mostra a seca extrema dos últimos meses e a devastação provocada pelos incêndios florestais do verão passado.

Sabemos que o mundo se comprometeu no Acordo de Paris a não permitir um aumento de mais de 2 graus da temperatura. E sabemos também que mesmo que esse objetivo seja cumprido o número de dias de calor extremo irá quintuplicar. Significa que as situações de risco vão ser cada vez maiores, traduzindo-se de forma dramática na quantidade e na qualidade da água disponível, nas condições dos nossos solos e no que será a capacidade de a humanidade se alimentar. Colocam-se, assim, imensos desafios do ponto de vista da mitigação, seja na gestão da água, seja na produção e no consumo energético, seja na forma como gerimos o nosso território.

O desafio demográfico é também central para o nosso futuro. O índice de envelhecimento de Portugal em 1990 era de 68,1, em 2000, dez anos depois, já tinha subido para 100,6, e há dois anos em 2016 já se situava em 150,9. A manter-se a atual dinâmica, a população de Portugal vai reduzir-se de 10 milhões de pessoas para 7 milhões de pessoas. É a sustentabilidade da nossa sociedade que é questionada por esta dinâmica demográfica, tornando urgente contrariá-la, mesmo que apenas mitigando as suas principais determinantes. O desafio demográfico interpela-nos em diferentes dimensões, desde como garantir a sustentabilidade nos modelos sociais às políticas que podemos implementar para aumentar a natalidade criando as condições para que as famílias realizem plenamente a sua vontade de ter o número de filhos que desejam ter. Mas questiona-nos também sobre como asseguramos um envelhecimento ativo e saudável para gerações com esperança de vida cada vez maior.

Por mais que se promova a natalidade, tal não bastará para repor o nosso equilíbrio populacional, pelo que o saldo migratório é também importante no médio prazo. Precisamos de imigração e isso tem que ser afirmado de forma clara: precisamos de atrair pessoas e talento para viver e trabalhar em Portugal, para aqui se realizarem pessoal e profissionalmente e dessa forma também ajudarem ao nosso equilíbrio demográfico.

O desafio da sociedade digital é também ele transversal a muitos domínios e, embora estejamos longe de viver ou antever os seus efeitos na plenitude, a sociedade digital é já hoje uma realidade cada vez mais presente. A questão coloca-se desde logo no funcionamento da democracia, garantindo que as ferramentas digitais de participação democrática não são instrumentalizadas ao ponto de constituírem uma ameaça ao funcionamento da democracia. Estas mudanças são contemporâneas de profundas alterações da geografia da economia global que amplia os efeitos das mesmas. Mas colocam-se desafios também no mundo do trabalho em que a digitalização de processos e a robotização tendem a alterar profundamente as tarefas que hoje são realizadas. Segundo a OCDE, a robotização e a automação podem vir a eliminar 14% dos atuais empregos e alterar de forma significativa o perfil de especialização de outros 32%. Estamos assim confrontados com o desafio de conseguir criar mais postos de trabalho do que os que são destruídos, à semelhança do que aconteceu, numa ótica global, nas anteriores revoluções industriais. Mas estamos também confrontados com o desafio de garantir que os que estão atualmente a fazer o seu percurso educativo sejam dotados de capacidades que lhes permita adequar-se a um mercado de trabalho em profunda mutação. Sabemos que a inovação não se trava e que temos que saber adaptar-nos ao desafio da inovação possivelmente com um grande esforço de formação ao longo da vida para a população ativa, garantindo que a tecnologia integra e não exclui trabalhadores.

Estamos confrontados com um quarto desafio também ele transversal e mundial, que é o de garantir que deixamos às gerações futuras uma sociedade menos desigual e com mais oportunidades para todos. Em 1980 0,1% da população mundial detinha 10% da riqueza e estima-se que esses 0,1% venham a deter 25% da riqueza mundial em 2050. Este é um desafio que nós temos de enfrentar porque a maior ou menor desigualdade se reflete nas oportunidades que geramos, na educação proporcionada aos nossos filhos, na oportunidade de aceder aos melhores cuidados de saúde, na oportunidade que temos de poder viver com total liberdade e segurança.

E as desigualdades não são apenas de rendimento. Outras desigualdades subsistem e colocam em causa a coesão social. Continuamos a ter uma intolerável complacência para a desigualdade de género, não sendo aceitável que ao fim de 44 anos de democracia continuemos a ter o nível de desigualdade salarial entre homens e mulheres que hoje existe em Portugal. Queremos ser um país aberto, um país inclusivo, um país que percebe que para assegurar o seu equilíbrio demográfico tem não só de aumentar a natalidade como também de aumentar a imigração; um país que tem de combater a xenofobia, o racismo, a intolerância às diferenças que existem na nossa sociedade.

Há seguramente outros desafios da maior importância. Contudo, estes quatro são centrais ao pensamento estratégico que queremos para o país e para a marca identitária do Partido Socialista, e colocam-se na diversidade de respostas que temos que encontrar de forma integrada e transversal para enfrentar cada um deles.

### 3.1. Alterações Climáticas

O Acordo de Paris estabelece que cada país deve desenvolver medidas, elaborar planos e monitorizar a sua ação para combater o aquecimento global. Os países comprometeram-se a medidas que permitam limitar o aquecimento global a 2 graus celsius e empreender esforços para que o aquecimento global seja de apenas 1,5 graus celsius até ao final do século XXI. No âmbito do Acordo, a União Europeia estabeleceu como meta uma redução, até 2030, de 40% das emissões de gases com efeito estufa.

E Portugal foi ainda mais longe nas suas metas, sendo um dos poucos países do mundo que se comprometeu a ser carbonicamente neutro até 2050.

Tivemos recentemente uma ilustração de como os fenómenos extremos que são potenciados pelas alterações climáticas desafiam a capacidade de resposta dos Estados. Estamos colocados perante um desafio de cumprimento do nosso compromisso internacional mas temos também um desafio de pensar e articular as políticas públicas para melhor responder à necessária mitigação e adaptação às alterações climáticas.

O desafio que temos pela frente exige-nos que pensemos de forma integrada em tantos e tão diversos domínios. Temos que ter um território mais coeso e mais resiliente, temos que estar na linha da frente da transição energética para as fontes de energia renováveis. Temos que ser capazes de pensar a transição para uma economia circular, menos consumidora de matérias-primas e também menos geradora de resíduos. Temos que modificar os padrões de mobilidade urbana apostando decisivamente na melhoria da oferta dos transportes públicos e na mobilidade elétrica e partilhada.

O PS deve participar em todos os níveis do debate em torno das alterações climáticas – internacional, nacional, regional e local – aproveitando todos os fóruns para difundir os desafios globais e soluções concretas que podemos adotar. Este é um desafio global, mas que depende de ações de todos e de cada um de nós. As autarquias, pela sua proximidade às populações e pela sua ação quotidiana nos territórios, são instituições centrais para vencermos os desafios com que nos confrontamos.

#### 3.1.1. Tornar o Território mais coeso e resiliente

Na sua diversidade, o território é um bem precioso e único: as suas cidades, as paisagens, o capital natural, o clima e as amenidades urbanas e rurais. O território tem um valor económico, social e ambiental que é preciso preservar, valorizando os seus ativos territoriais.

O território é também a “casa” da adaptação climática. Um litoral capaz de resistir à subida do nível médio das águas do mar, uma rede de rios e ribeiros preparados para a existência de cheias e de secas, que olha os recursos naturais do lado da limitação da procura e não do reforço da sua oferta como se esta fosse ilimitada. Um território gerido com proximidade, onde as áreas protegidas são ativos de excelência, as áreas florestais são sumidouros de carbono, criando uma paisagem cujos mosaicos fomentam a biodiversidade.

Portugal tem que saber territorializar as suas políticas setoriais, aumentando os seus impactos e tornando-as mais eficientes (menos custos e mais resultados).

### 3.1.2. Liderar a transição energética

Portugal registou nos últimos anos um progresso muito assinalável na produção de energias renováveis. O seu peso no consumo de eletricidade passou de 27,5% em 2004 para 54,1% em 2016 ([Eurostat](#)). Não deixando de apostar nas renováveis, é preciso atender ao facto, quando olhamos para o total de energia consumida em Portugal, que a energia produzida a partir de fontes renováveis é ainda de apenas 24,1%. Ou seja, é necessário fazer uma aposta clara na descarbonização dos restantes 75%, concentrados essencialmente nos transportes e na indústria. É necessário arranjar respostas alternativas ao transporte individual e é preciso aumentar de forma significativa o peso da mobilidade elétrica.

É preciso aprofundar a aposta nas energias renováveis no domínio hídrico como eólico. Mas é preciso aprofundar a aposta na energia solar, aproveitando a redução do preço da tecnologia fotovoltaica. Este é o único dos itens das energias renováveis em que Portugal está abaixo da média europeia, o que é tanto mais paradoxal quanto Portugal é o país da União Europeia com a maior exposição solar.

Portugal tem ainda um grande potencial por explorar no domínio da microgeração, muito associada à energia solar mas não exclusivamente. Existe potencial para incentivar, potenciar e apoiar a geração local de energia tanto por empresas como por cidadãos ou entidades públicas.

É preciso tornar mais acessíveis os instrumentos de apoio à eficiência energética que muitas vezes exigem uma literacia energética e não energética acima da média. É importante promover os equipamentos com a eficiência energética máxima cujo custo acrescido pode constituir um fator que limita a sua aquisição por agregados de menores recursos. Ainda no domínio da eficiência importa ainda a sensibilização das autarquias locais como atores fulcrais dos poderes públicos também no domínio energético. As autarquias podem ser muito relevantes, não apenas sensibilizando com o seu exemplo, mas também apoiando as comunidades nas suas iniciativas tendentes a um melhor aproveitamento energético.

### 3.1.3. Alterar os padrões de mobilidade

É preciso investir numa mais rica articulação entre bens e serviços com o objetivo de construir uma economia mais flexível e competitiva. Os carros estão imobilizados 92% do tempo. É ostensivo o desperdício que isto representa, na produção como na ocupação do espaço, especialmente o urbano. A dinamização da economia de partilha oferece uma oportunidade para promover novos conceitos de mobilidade que privilegiem o serviço em detrimento da posse.

Confiando que a economia de partilha poderá ocupar um espaço relevante no médio prazo, há que reconhecer que no curto prazo é necessário uma forte aposta no transporte público e também uma aposta decisiva na mobilidade elétrica, tanto individual como coletiva. Existe hoje uma convicção crescente que o setor automóvel se encontra numa fase de transição. Todos teremos a ganhar se o Estado se assumir como catalisador dessa transição, com ganhos significativos na redução de emissões, na qualidade ambiental, nas consequências para a saúde e, não menos importante, para a qualidade de vida nas nossas cidades, cujo espaço público deverá ser projetado a pensar na mobilidade como um todo (incluindo peões e bicicletas) e não apenas no automóvel.

A nova mobilidade exige uma reflexão atempada sobre o futuro da indústria automóvel e suas componentes.

#### 3.1.4. Promover a gestão eficiente da água

Os meses mais recentes de seca extrema deixaram-nos particularmente alerta para o uso racional da água. Devemos esperar que as alterações climáticas deixem Portugal mais vulnerável a períodos prolongados de seca.

Devemos atuar de forma decidida, não apenas na sensibilização popular mas também, e sobretudo, repensando o uso que lhe damos. Deve ser sistematizado o uso de água reutilizada, particularmente na rega de espaços públicos. Devem ser identificados os obstáculos técnicos, logísticos e administrativos a um uso sistemático de água reutilizada. Deve fazer-se na gestão da água uma transição como estamos a ser capazes de fazer na energia.

#### 3.1.5. Adequar a atividade agrícola

É preciso repensar e adequar as culturas a um clima em mudança. A necessária adequação das culturas exige conhecimento. O conhecimento relevante sobre o clima já é produzido atualmente não sendo, contudo, evidente que este esteja num formato acessível aos produtores agrícolas.

É necessária uma maior consciência que o setor alimentar é um dos grandes consumidores de recursos, a par da construção e dos transportes. Se nestes dois últimos casos, as alterações climáticas nos confrontam com os nossos modelos de produção e de consumo, a indústria alimentar também não pode ser exceção. A atividade agrícola consome 80% da água no nosso país, pelo que a eficiência hídrica na agricultura deverá impor-se como um dos mais relevantes projetos no futuro imediato. A prioridade à eficiência hídrica deve acompanhar o desenvolvimento do projeto do Programa Nacional de Regadio em execução.

#### 3.1.6. Valorizar a floresta e os seus recursos

A floresta tem sido bastante valorizada recentemente no discurso político. Pela sua importância no ordenamento do território, pela preservação dos valores naturais, mas também pela necessidade de valorização económica que a torne mais atrativa. Mas a floresta tem sido pouco valorizada numa das suas mais relevantes vertentes, a capacidade de captação de CO<sub>2</sub>.

A neutralidade carbónica que Portugal pretende atingir em 2050 deve ser abordada não exclusivamente pelo papel da redução de emissões dos principais emissores poluentes, mas também pelo papel que as florestas podem ter como sumidouro de CO<sub>2</sub>. Em 2015, a floresta foi responsável pela absorção de 12% das emissões. Recordando que existe um mercado de emissões de carbono, pode ser ponderado que este valor económico seja repercutido nos produtores florestais. Deve ser ainda valorizada esta captação de CO<sub>2</sub> nas cidades com a proliferação de espaços verdes e ponderar respostas complementares.

#### 3.1.7. Apostar na economia Circular

A economia mundial e a portuguesa em particular é ávida de recursos que não são inesgotáveis. Nesse sentido, impõe-se a transição para uma economia que seja menos consumidora de matérias-primas e menos geradora de resíduos. Importa promover uma indústria que seja capaz de conceber os seus produtos atendendo a todo o seu ciclo de vida,

pensando a reutilização dos seus materiais logo na sua conceção e garantindo que os bens produzidos mantêm o seu máximo valor económico pelo maior período de tempo possível.

Importa ainda incentivar uma economia de serviços em detrimento de uma economia de bens e da sua posse, na qual, e sem perda de bem-estar, os consumidores passem a ser utilizadores. Um bom exemplo do que pode ser essa transição é a partilha de carros, referida anteriormente pela sua pertinência no âmbito da mobilidade.

É importante consciencializar a comunidade que os custos ambientais das matérias-primas não estão devidamente internalizados. E devem ser promovidas as economias que desmaterializam os seus serviços, como já acontece na área da cultura com a música e o audiovisual.

### 3.2. Demografia

Portugal partilha com outros países europeus um problema demográfico grave que, sendo anterior, se agravou seriamente durante a crise, com saldos migratórios muito negativos e com um decréscimo acentuado do índice sintético de fecundidade, que atingiu em 2013 um mínimo histórico de 1,2 filhos por mulher, muito abaixo do necessário para a reposição geracional (cerca de 2,1). Em resultado, Portugal regista um crescente desequilíbrio da pirâmide demográfica: em 2016 havia 132,5 pessoas com mais de 65 anos por cada 100 jovens.

O desafio demográfico inclui necessariamente duas dimensões – as questões migratórias e os equilíbrios geracionais por via da natalidade e do envelhecimento – e dois grandes tipos de medidas – as que contrariam a dimensão da crise demográfica e as que enfrentam as suas consequências.

No que diz respeito às medidas que podemos adotar para reduzir os efeitos da crise demográfica está em causa continuar a reforçar as políticas de família e introduzir novas soluções para a conciliação entre vida profissional e vida pessoal; completar a rede de apoio à primeira infância e pré-escolar; proteger as condições para que os jovens não adiem a constituição de família, com novas políticas de habitação e a estabilização das relações de trabalho; incentivar o regresso dos emigrantes que queiram voltar a Portugal e promover a imigração.

Para enfrentar os efeitos e consequências deste choque demográfico estão em causa medidas que promovam a sustentabilidade do território e dos sistemas de proteção social, nomeadamente o SNS e o sistema público de segurança social.

#### 3.2.1. Promover melhores condições para o aumento da natalidade

Nas últimas décadas, e em particular em governos do PS, houve uma aposta consequente no aprofundamento da rede de equipamentos e dos serviços de apoio à família (desde logo, creches e pré-escolar), numa melhor conciliação entre trabalho e vida familiar e maior partilha destas responsabilidades entre homens e mulheres. No entanto, apesar de ter soluções inovadoras (como no incentivo à partilha das licenças parentais) e de ultrapassar as metas europeias de cobertura de equipamentos sociais, Portugal tem um dos níveis mais baixos de fecundidade de todo o mundo, o que sugere a necessidade de um forte impulso a

uma estratégia de investimento integrado em políticas que proporcionem melhores condições de estabilidade e escolha às pessoas e às famílias, em particular às mais jovens.

Encurtar a distância entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada, aproximando o número de filhos que as pessoas têm do número de filhos que gostariam de ter, implica agir sobre diferentes fatores. Não apenas sobre as condições de exercício da parentalidade e conciliação entre vida profissional e familiar, mas também sobre os custos financeiros de ter filhos, que criam desigualdades no acesso à parentalidade, e sobre as razões do excessivo adiamento dessa decisão, em particular a instabilidade laboral e a dificuldade no acesso à habitação. Hoje, a idade média a que as mulheres têm o primeiro filho está nos 30 anos, e os custos financeiros e outros encargos dos primeiros anos ajudam a explicar o forte decréscimo dos segundos filhos, empurrados para idades em que a fertilidade desce.

### 3.2.2. Mais emprego, melhor emprego: combater a instabilidade laboral

O combate à precariedade é, além de um instrumento poderoso de combate às desigualdades, uma das dimensões mais críticas para criar perspetivas de estabilidade e condições para tomadas de decisão sobre projetos de vida, desde logo de ter filhos. Não basta por isso mais emprego: gerar boas oportunidades de emprego e assegurar a qualidade dos vínculos laborais é essencial. Aumentar o rendimento das famílias, facilitar a inserção no mercado de trabalho e promover a estabilidade laboral, diminuindo a incerteza das famílias, em particular das mais jovens, são linhas de intervenção estratégica para diminuir os obstáculos e os custos da parentalidade, para encurtar a distância entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada e, desde logo, para combater o adiamento indesejado da natalidade.

### 3.2.3. Tornar a habitação mais acessível a mais pessoas

De todas as áreas das políticas sociais, a habitação será talvez aquela em que as políticas públicas foram menos sistemáticas, transversais e consistentes ao longo das décadas. Ora, se Portugal é um dos países europeus onde os jovens saem mais tarde de casa dos pais, as dificuldades acrescidas na transição para o mercado de trabalho e em particular na obtenção de um emprego estável conjugam-se também com dificuldades no acesso à habitação de segmentos muito significativos da população. A pressão acrescida sobre o mercado habitacional, de aquisição de casa própria ou de arrendamento, em contextos metropolitanos, e a existência de carências habitacionais significativas em Portugal justifica a prioridade recentemente atribuída pelo Governo a novas políticas de habitação e torna premente assumir a centralidade desta prioridade no contexto das políticas públicas de coesão e de combate aos problemas demográficos.

### 3.2.4. Promover melhores políticas de família e conciliação entre trabalho e vida familiar

Apesar dos progressos acima referidos na cobertura de equipamentos sociais, continuam a existir desequilíbrios na rede e problemas de acesso aos serviços de apoio à família, em particular em contextos urbanos. A questão do acesso coloca-se também por via da adequação dos transportes, dos horários, da equidade e do preço dos serviços sociais, que constitui fator importante dos custos da parentalidade em Portugal. Uma particular atenção deve ser dada ao reforço das redes de apoio à família em territórios (como as áreas

metropolitanas) onde a acessibilidade a esses serviços é mais deficitária. Para este esforço é fundamental ter em conta o esforço do setor público e da rede da Economia Social. Um renovado investimento na expansão da rede de equipamentos com base em critérios de prioridade, com o envolvimento de entidades públicas e das autarquias, e a promoção de maior acessibilidade a estes serviços é essencial para melhorar as condições de parentalidade, em particular nos primeiros anos de vida das crianças.

O reforço das políticas de família por via dos apoios sociais e outras vias de apoio aos custos financeiros dos primeiros anos de vida das crianças, aliás na linha iniciada pelo atual Governo, é também da maior importância, bem como melhorias nos horários de trabalho de mães e pais.

Por outro lado, o PS deve estudar medidas no sentido de redistribuir os tempos de trabalho ao longo da vida, questão essencial não apenas para o desafio demográfico, mas também para os desafios da sociedade digital de que se trata adiante.

### 3.2.5. Incentivar fluxos migratórios mais favoráveis

Mas o desafio demográfico não se resolve apenas pela promoção da natalidade. Sem um olhar estratégico para o potencial das migrações, dificilmente alcançaremos condições de sustentabilidade demográfica. Além de um saldo natural negativo desde 2011, Portugal apresenta um saldo migratório negativo desde 2009, resultado da redução da entrada de imigrantes, mas sobretudo devido ao aumento da emigração.

Num contexto de baixa fecundidade e com fluxos de emigração que são ainda relevantes, reduzir os níveis de emigração, fomentar o regresso dos que partiram recentemente ou em vagas migratórias mais antigas, incluindo lusodescendentes, e captar novos movimentos de imigração pode e deve constituir um importante fator de sustentabilidade demográfica.

### 3.2.6. Limitar os riscos da emigração por falta de oportunidades e perspectivas

A mobilidade global, e de modo muito particular no espaço europeu, é uma característica do mundo contemporâneo e um direito fundamental de todos os cidadãos da UE. Mas, respeitando integralmente este quadro, um primeiro desafio é o de limitar o risco de reprodução dos fluxos emigratórios recentes por falta de oportunidades e perspectivas em Portugal. Apesar da forte recuperação económica e da confiança na sociedade portuguesa, o simples facto de terem existido fluxos emigratórios significativos em tempos recentes contribui para que estes se prolonguem. É crítico, para este fim, prosseguir a aposta na recuperação económica e do emprego, que tem sido prioridade e marca da governação PS, e a geração de expectativas de oportunidades e estabilidade laboral que são decisivas para as decisões das pessoas de ficar ou partir.

### 3.2.7. Apoiar todos os que querem voltar

Os emigrantes, de vagas recentes ou mais antigas, bem como os seus descendentes, têm uma ligação a Portugal, à língua e à cultura portuguesa que pode e deve ser potenciada num ciclo de crescimento sustentado e de oportunidades que se abrem no nosso país. A diáspora portuguesa tem um potencial demográfico relevante e a atratividade de Portugal para muitos emigrantes e seus descendentes em diferentes regiões do globo é hoje maior por diversos fatores, das condições de estabilidade e segurança às perspectivas que se abrem

para a nossa economia e sociedade. Uma estratégia de promoção ativa do país, de informação sobre oportunidades de trabalho e estudo em Portugal, e de apoio àqueles que quiserem regressar é uma componente relevante de uma política demográfica consistente.

### 3.2.8. Lançar uma política nacional de atração e acolhimento de imigrantes

Num contexto de elevado dinamismo do mercado de trabalho, diversas atividades económicas beneficiariam da vinda de imigrantes de perfil diverso: quadros altamente qualificados em áreas, como a agricultura, com elevadas necessidades de contratação, assim como em áreas fundamentais para a competitividade externa e em áreas de elevado impacto do ponto de vista dos equilíbrios territoriais. Por outro lado, a atração de estudantes e investigadores estrangeiros, nomeadamente para mestrados e doutoramentos, tem um enorme potencial, por exemplo do ponto de vista da internacionalização das nossas universidades e de reforço do sistema científico, e deve, por isso, ser estimulada.

É crucial reforçar os mecanismos de informação sobre direitos, condições e apoios, bem com a agilidade dos processos de legalização destes fluxos e da situação dos que já se encontram em território nacional, das autorizações de residência ao reagrupamento familiar de imigrantes e refugiados, combatendo desde logo redes de imigração ilegal, a clandestinidade e a economia subterrânea e o desincentivo à vinda para Portugal de cidadãos estrangeiros.

A importância desta prioridade à imigração implica distinguir e tratar de forma distinta a gestão administrativa da imigração daquelas que são as funções no quadro da segurança interna.

### 3.2.9. Assegurar a sustentabilidade dos sistemas de proteção social

Uma estratégia abrangente e sistemática para enfrentar os desafios demográficos não pode deixar de lidar com as consequências das mudanças demográficas das últimas décadas. O aumento da esperança de vida corresponde a uma conquista inequívoca das sociedades desenvolvidas, mas suscita desafios muito profundos para os sistemas de saúde e de segurança social.

Hoje, mais de um quinto da população residente em Portugal tem mais de 65 anos e estima-se que dentro de 30 anos essa proporção aumente para 35%, mas 72% das pessoas com mais de 65 anos sofrem de doença prolongada, com particular incidência nas mulheres e nas pessoas de menores rendimentos. No espaço de apenas dez anos, a esperança média de vida em Portugal aumentou três anos, mas Portugal tem um dos níveis mais baixos de esperança de vida saudável da Europa, o que significa que a margem para aprofundar a qualidade de vida da população mais velha é muito significativa.

### 3.2.10. Preparar o SNS para a pressão do envelhecimento

Os desafios demográficos interpelam diretamente as políticas de saúde: desde logo porque os utentes do SNS têm hoje um perfil muito diferente daquele que tinham há quatro décadas e, ao mesmo tempo, porque para promover a saúde das futuras gerações Portugal precisa de apostar na promoção de hábitos saudáveis desde a infância. Importa recuperar a aposta na saúde escolar e incentivar a adoção de hábitos saudáveis nas famílias, em

particular nos segmentos mais pobres e menos escolarizados, onde a prevalência da obesidade é mais elevada e onde os hábitos nocivos têm maior incidência.

De facto, se Portugal ficou em primeiro lugar num conjunto de 41 países desenvolvidos nos índices de saúde e bem-estar das crianças num estudo realizado pela UNICEF em 2017, traduzindo enormes progressos em domínios como a mortalidade neonatal e a saúde mental, destacou-se pela negativa no domínio da alimentação.

Mas também na resposta à população mais velha, a maior incidência de doenças prolongadas e crónicas, bem como a erosão dos suportes familiares, implicam um esforço acrescido do SNS: ultrapassar a lógica mais institucional nos cuidados continuados e promover serviços de saúde que protejam a privacidade e a autonomia dos utentes é por isso fundamental.

Dotar o SNS de mais e melhores recursos, e promover ao mesmo tempo uma melhor gestão e uma melhor articulação com outras áreas, como a educação e o trabalho – decisivas para a promoção de hábitos e ambientes saudáveis, têm de ser prioridades

#### 3.2.11. Promover a sustentabilidade da Segurança Social diversificando as fontes de financiamento

As pressões sobre os sistemas de segurança social não são novas, mas vão previsivelmente agudizar-se ao longo das próximas décadas. Contra os discursos catastrofistas e as tentações privatizadoras, foi a governação do PS que empreendeu as reformas do sistema público de pensões para melhor o proteger contra as pressões demográficas e essa deve continuar a ser uma marca e um património para o futuro. A diversificação das fontes de financiamento é um esforço que deve ser aprofundado nos próximos anos, em linha com avanços recentes ou em curso (combate à precariedade).

Mas não só pela arquitetura, regras e financiamento se defende a segurança social. Há um conjunto de fatores a montante que contribuem de modo decisivo para promover a sustentabilidade da segurança social: os níveis agregados de emprego e a estabilidade deste, nomeadamente pela integração no mercado de trabalho da maior percentagem possível de desempregados e inativos em idade ativa (mais de 1,3 milhões de pessoas), que reforçam as contribuições e reduzem os riscos sistémicos de despesa com proteção social; a promoção de trajetórias mais sustentáveis e com melhor ajustamento dos tempos de trabalho ao longo da vida, e em particular dos trabalhadores mais velhos, favorecendo o prolongamento da vida ativa e a transição para a idade da reforma, mas criando melhores condições para que essa seja uma fase digna, com qualidade de vida; e, muito em particular, a valorização da formação, qualificação e aprendizagem ao longo da vida enquanto forma de promover o envelhecimento ativo e saudável e o prolongamento das trajetórias profissionais bem-sucedidas.

#### 3.2.12. Assumir a centralidade da questão demográfica no território

Os fenómenos de concentração nos centros urbanos e no litoral do país, traduzidos na desertificação de muitas regiões, a dualidade histórica entre cidades e interior rural e a acentuada polarização da distribuição da população no território, com concentração nas

áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, reflete-se em desigualdades territoriais significativas, que fazem com que pessoas que vivem em diferentes regiões tenham condições de vida muito diferentes. Desigualdades que, sem a intervenção do Estado, tendem a perpetuar-se num ciclo de perda de dinamismo – desertificação, desinvestimento, escassez de oportunidades e níveis de atratividade cada vez menores – e que, ao mesmo tempo, agravam as pressões a que também as áreas metropolitanas estão sujeitas, sendo elas próprias atravessadas por desigualdades a diversos níveis.

A questão demográfica assume uma posição crítica na nossa capacidade de contrariar este ciclo e promover uma maior convergência territorial. Contrariar o envelhecimento excessivo das regiões do interior, incentivando a fixação de famílias jovens, é um fator decisivo para promover a elevação do perfil de competências e potencial produtivo e de modernização do interior, fomentando uma maior equidade territorial na capacidade de captação de investimento e criação de emprego.

Reagir ao desafio demográfico implica, por isso, ativar e potenciar os instrumentos de adaptação das políticas públicas às realidades regionais e locais. Para isso, é fundamental promover uma melhor articulação entre o nível central e local da administração pública, mas também entre agentes públicos e privados. Destaca-se, em particular, o papel estruturante que a Economia Social tem na criação de emprego e na melhoria das condições de vida nos territórios de baixa densidade. Estudar mecanismos inovadores de coordenação entre diferentes níveis de intervenção pública e de participação de diferentes agentes é crítico quer para garantir uma informação mais acessível e mais completa sobre os equipamentos e serviços de apoio à família disponíveis nas diferentes regiões do território português, quer para uma coordenação mais efetiva ao nível da captação de investimentos, fatores fundamentais para promover a fixação das famílias nos territórios.

Ao mesmo tempo, o envelhecimento demográfico, sobretudo num contexto de erosão do modelo de família alargada, tem subjacente o problema do isolamento das pessoas mais velhas. Neste contexto, os serviços públicos são convocados a desempenhar um papel cada vez mais importante no apoio às populações mais velhas, pelo que a sua qualificação e direcionamento para aquelas que são as efetivas necessidades das populações a que se destinam são dimensões fundamentais de uma resposta abrangente ao desafio demográfico.

### 3.3. Sociedade Digital

A digitalização é um dos maiores desafios que as nossas sociedades e economias enfrentam. A transformação digital encerra oportunidades imensas, mas também riscos significativos.

Tecnologias emergentes, como a inteligência artificial ou o *blockchain*, são tecnologias de múltiplos usos, em diversos setores económicos e no quadro da economia digital em geral, que têm e terão impactos em muitas áreas da nossa vida em sociedade. Impactos nos modos de produção e de consumo, mas impactos também na forma como interagimos – da democratização do acesso à informação que as redes sociais permitem até aos riscos, cada vez mais presentes, de abuso de dados pessoais e de manipulação.

A transformação digital cria novos fatores de competitividade e faz com que velhos obstáculos percam a sua relevância. Permite abrir mercados a muitos novos atores, oferecendo inúmeras oportunidades de progresso. Permite que muitas *startups* surjam e prosperem, fomentando a inovação, ampliando as escolhas dos consumidores e aprofundando a comunicação entre os indivíduos. Mas encerra também os riscos de novas formas de concentração propiciadas pelas plataformas digitais e pelo acesso aos dados pessoais.

O desafio para as políticas públicas é assegurar que a transformação digital é orientada para o crescimento e para o bem-estar. É criar as condições para que se aproveitem as suas potencialidades e se atenuem os riscos que lhe estão associados. Mas também assegurar que se reforça a confiança, se garante uma conectividade segura e se restringem as possibilidades de abuso. Que se assegure a igualdade de oportunidades nesta nova sociedade, promovendo as competências digitais ou o acesso à tecnologia, e evitando novas formas de exclusão social. É garantir a resiliência dos valores democráticos.

Para tal, é necessário um esforço de preparação, ativação e regulação em várias frentes. Na frente da educação e formação, que são estruturantes para criar melhores condições de resposta da sociedade e dos indivíduos às dinâmicas da transformação digital que desafiam a capacidade dos Estados, as relações laborais estabelecidas e os sistemas de proteção social como os conhecemos. Mas também na frente das infraestruturas, em particular de informação e comunicação, necessárias para que essa transformação digital possa ocorrer. E na frente da criação de um ambiente regulatório propício à criação e experimentação e ao desenvolvimento de novas soluções, sem pôr em causa os direitos e as liberdades dos indivíduos.

O PS quer garantir que Portugal não perde as oportunidades associadas à revolução digital e pelo contrário se posiciona na linha da frente daqueles que as exploram.

#### 3.3.1. Portugal preparado para a 4.ª revolução industrial

Portugal está melhor preparado para enfrentar esta 4.ª revolução industrial do que alguma vez esteve para enfrentar as anteriores. Todas as anteriores revoluções industriais encontraram um Portugal pouco desenvolvido e sem reunir as condições necessárias à plena exploração das oportunidades.

Ao contrário, esta 4.ª revolução industrial encontra Portugal numa melhor posição relativa. Portugal tem hoje as infraestruturas tecnológicas e os recursos humanos qualificados que são necessários ao sucesso da revolução digital. Portugal atrai hoje empresas tecnológicas,

que confiam no potencial dos profissionais portugueses, em particular dos mais jovens e mais qualificados. Portugal é dos países europeus que, em termos relativos, mais forma jovens nas áreas científicas e tecnológicas.

O desafio que temos é tirar partido e potenciar as condições que temos já reunidas para que Portugal esteja na linha da frente desta 4.ª revolução industrial.

E o PS tem que continuar a defender esse esforço contínuo de melhoria das condições de sucesso para esta nova revolução industrial, em particular no que respeita à garantia das infraestruturas de conectividade e à qualificação dos recursos humanos, garantindo que ninguém nem nenhum território é excluído da mesma.

### 3.3.2. Renovar a aposta na Educação e na Aprendizagem ao Longo da Vida

Sendo certo que o país está hoje melhor preparado do que alguma vez esteve para enfrentar um processo de mudança à escala global, é também verdade que os desafios que se colocam são muitos e complexos. Para os enfrentar, é preciso aprofundar a predisposição da sociedade portuguesa, de modo transversal, para o mundo digital. Isso exige uma aposta determinada na educação, desde o pré-escolar ao ensino superior, e, depois disso, na aprendizagem ao longo da vida.

O mundo digital cria novos palcos e protagonistas do conhecimento. Isso exige que a escola atue em rede com uma comunicação revitalizada que integre novos agentes. Adicionalmente, necessita de uma organização diferente - com flexibilidade curricular, e com ambientes mais criativos e desafiantes. No fundo, é preciso que a escola se torne uma plataforma aberta e colaborativa e que o digital não se transforme num elemento de exclusão.

O PS deve assegurar, como fez ao longo da história recente, a centralidade da aprendizagem ao longo da vida na política de educação e formação, assumindo a sua ainda maior relevância atual, dada a natureza particularmente dinâmica da economia digital. Essa mudança convoca todos, jovens e adultos, a desenvolverem as suas competências digitais, dotando-os de uma maior resiliência e capacidade adaptativa perante as rápidas mudanças do mercado de trabalho. É importante ainda reforçar a formação de professores e investigadores garantindo a quem transmite as competências digitais as condições ideais para o fazer. E exige a todas as instituições – escolas, empresas, universidades, autarquias e administração central – que participem neste processo.

### 3.3.3. Afirmar a prioridade à Inovação

Portugal é cada vez mais reconhecido como referência internacional no plano tecnológico e digital. O perfil de elevadas competências das gerações mais jovens e mais qualificadas, com elevada apetência para as tecnologias de informação e comunicação, e a capacidade de adaptação e aprendizagem dos ativos portugueses são fatores que fazem de Portugal um polo relevante de atração de investimento e de talento científico e tecnológico europeu e internacional.

Mas afirmar a posição de Portugal nas cadeias globais de valor da sociedade digital requer um esforço adicional para aumentar o peso das exportações de base tecnológica nas nossas vendas ao exterior. Para isso, é necessário promover um maior investimento público, mas

também, e sobretudo, um maior investimento privado em Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Portugal investe hoje 1,3% do PIB em I&D, que compara com 2,1% da média da Zona Euro ([Eurostat](#)), e, quando olhamos para a despesa do setor empresarial, ela é em Portugal de 0,6%, o que representa menos de metade dos 1,4% do PIB verificados na Zona Euro. Para corrigir esta desvantagem, é fundamental que o país assuma coletivamente o desafio de alcançar os 3% do PIB em I&D até 2030.

A aposta no I&D deve ter uma preocupação transversal com a promoção de condições para o desenvolvimento de uma cultura de ciência aberta, apoiada em centros de inovação que favoreçam a democratização e a equidade na participação e acesso ao conhecimento científico.

Mas importa também que esse I&D chegue às empresas e ao mercado gerando inovação. Foi precisamente com o objetivo de juntar centros de saber, como universidades e centros de investigação, e centros de fazer, como empresas, que o Governo do Partido Socialista criou o Programa Interface.

Só essa colaboração assegura quer o alinhamento de prioridades em I&D como também o seu melhor desenvolvimento e posterior comercialização, promovendo a inovação.

E é esse o caminho que o PS deve continuar a defender. Um caminho de aposta na I&D nestes domínios da sociedade digital e também na crescente valorização do conhecimento pelo nosso tecido produtivo, para que o conhecimento se transforme em valor e o valor se transforme em bem-estar dos nossos cidadãos.

#### 3.3.4. Emprego e relações laborais no mundo em transformação

A história do trabalho é marcada pela introdução, em diferentes momentos, de inovações tecnológicas que desafiaram a organização tradicional do trabalho, que tornaram algumas profissões redundantes e ao mesmo tempo estimularam o aparecimento de novas atividades com exigência de diferentes competências. Hoje, os desenvolvimentos rápidos da inteligência artificial e da robotização traduzem uma aceleração do poder tecnológico sobre a realidade e exigem uma capacidade permanente de adaptação e de resposta à mudança. Ao mesmo tempo, a digitalização da economia e a expansão do trabalho nas plataformas digitais levantam desafios complexos do ponto de vista da regulação das relações laborais.

O emprego na economia digital tem a vantagem de introduzir maior flexibilidade na gestão dos horários, a possibilidade de trabalhar à distância e de ter uma maior autonomia na organização do trabalho. Por outro lado, cria novos desafios à inserção profissional.

E tem associados outros riscos: a indefinição dos modelos de emprego e de proteção social aplicáveis, os padrões de remuneração instáveis ou a transferência de responsabilidades dos empregadores para os trabalhadores em áreas como a formação, a segurança social e a segurança e saúde no trabalho. Ou ainda o risco de fragmentação da força de trabalho, com consequências nos níveis de associativismo e na negociação coletiva.

Os progressos na robótica e inteligência artificial traduzem-se em ganhos civilizacionais: ganhos de eficiência e produtividade, minimização dos riscos associados ao trabalho humano, desde logo na redução da sinistralidade, são alguns exemplos. Mas criam também os riscos de desemprego tecnológico. O desaparecimento de algumas profissões, mas

sobretudo a transformação profunda dos empregos, com mutações contínuas das qualificações necessárias, são consequências para as quais devemos estar preparados.

A OCDE estima que 14% dos atuais empregos possam vir a ser num futuro próximo completamente automatizados e estima ainda que 32% dos empregos venham a sofrer profundas alterações no seu perfil de especialização. Isto não significará forçosamente uma perda líquida de emprego, uma vez que um elevado nível de automação gerará certamente emprego, ainda que com um perfil de qualificações distinto. Mas significa que teremos possivelmente a curto prazo um enorme desafio às qualificações da nossa população ativa a que teremos que dar resposta.

Sendo prematuro assumir uma redução rápida e significativa do emprego, o Estado deve preparar respostas para os mais vulneráveis aos rápidos desenvolvimentos tecnológicos e ponderar mecanismos que assegurem o acesso de todos ao mercado de trabalho, sob prejuízo de se agravarem alguns dos atuais desafios estruturais no mercado de trabalho. Portugal tem níveis elevados de segmentação laboral e deve, portanto, dedicar uma atenção muito particular à emergência de novas modalidades atípicas de emprego.

O PS tem a responsabilidade de conciliar a aposta nas potencialidades da inovação e atenuar os riscos que resultam da economia digital. Se, por um lado, queremos Portugal na linha da frente da tecnologia mundial e, por outro, queremos também participar ativamente no surgir da sociedade digital, recolhendo os seus benefícios, estamos conscientes que nos cabe acautelar os seus impactos no emprego, nas relações laborais e na proteção social.

Devem ser explorados caminhos que não desistam do direito ao emprego para cada um. Para isso devem ser garantidos os princípios do nosso modelo de proteção social, bem como a agilidade com que os sistemas de educação e formação respondem às alterações no padrão de qualificações exigido, de modo a não gerar novas formas de exclusão social.

Importa, pois, trabalhar no sentido de definir um quadro legal sobre esta realidade que impeça que ela se transforme num segmento invisível da população ativa e que, simultaneamente, atenda à sua dimensão europeia e internacional, o que exige um esforço acrescido de aproximação dos enquadramentos jurídicos no espaço europeu.

### 3.3.5. O estado empreendedor e o papel das políticas públicas

A experiência no Governo tem contribuído para essa discussão, nomeadamente com a implementação dos *Startup Vouchers* no âmbito da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo "*Startup Portugal*", ou a proposta de tornar Portugal uma Zona Livre Tecnológica, com um quadro regulatório que seja favorável à inovação e à experimentação com novas tecnologias. Foi o reconhecimento desta atitude perante as novas tecnologias que permitiu a Portugal ser considerado *Innovation Champion* (Campeão da Inovação) pela *Consumer Technology Association*, posicionando-se como o 9.º país mais inovador do mundo.

Esta abertura às novas tecnologias foi também a que permitiu ao Estado colaborar com a plataforma *Airbnb* para permitir um maior controlo e eliminando a economia paralela da plataforma, acrescentando justiça fiscal no setor do alojamento e hotelaria.

Esta inovação não pode passar ao lado do Estado. Tecnologias como o *blockchain*, a inteligência artificial e a *internet of things* oferecem ao Estado a possibilidade de uma administração do território mais próxima, de uma menor burocracia, e de uma gestão da

informação mais segura e económica. Desde o *Startup Simplex* ao *Govtech*, as novas tecnologias não têm sido alheias à iniciativa deste Governo Socialista. Enquanto responsáveis pelo lançamento do programa Simplex, os socialistas têm a obrigação natural de continuar pioneiros na utilização das novas tecnologias ao serviço da modernização administrativa.

O Estado deve ainda ser promotor da boa exploração de *big data*, reconhecendo os impactos que este recurso pode ter em domínios tão vastos como a gestão urbana, a indústria ou a saúde, e contribuindo para alavancar o seu potencial de inovação e de aumento da produtividade e redução de custos. A *big data* tem benefícios potenciais em diversas áreas da nossa vida coletiva, mas é necessário garantir, de modo transversal, que é utilizada de modo benigno e que não compromete os direitos de privacidade dos cidadãos e empresas.

### 3.3.6. Fortalecer a Democracia

As novas tecnologias criam inúmeras oportunidades, mas colocam também desafios que atravessam os fundamentos da própria democracia nas sociedades modernas. A velocidade crescente a que a informação circula e a sua disseminação nas redes sociais levantam questões muito sérias sobre a necessidade de moderar a informação não fidedigna, em particular quando esta circula de forma concertada e massificada, ao serviço de campanhas empenhadas na construção de perceções coletivas erradas e com potencial de corrosão da coesão social e do próprio bem-estar das sociedades.

Para fazer face a este contexto, a atuação do Estado terá de passar naturalmente pela promoção da literacia digital, de modo a proteger as pessoas contra a manipulação em espaços digitais, mas também por uma atuação intransigente na proteção de dados dos utilizadores das plataformas e pelo robustecimento da sua capacidade para limitar a atuação de canais que ajam de forma articulada com o objetivo de colocar em causa os pilares da nossa vida coletiva.

## 3.4. Desigualdades

O aumento significativo das desigualdades e concentração da riqueza que assume proporções crescentes a nível global tem sido acompanhada, em vários países desenvolvidos, pela densificação de bolsas de exclusão de mercado de trabalho. Estes fenómenos suscitam indignação, revolta e, não poucas vezes, sentimentos de intolerância que alimentam a preocupante subida dos partidos de extrema-direita um pouco por toda a Europa.

Em 2000, Portugal era o país da Europa como o maior rácio S80/S20, indicador que afere a razão entre os rendimentos dos 20% da população com maiores rendimentos e os 20% da população com menores rendimentos. Este indicador caiu desde então de 6,4 em 2000 para 5,9 em 2016, sendo neste momento o 8.º país da União Europeia com as maiores desigualdades medidas por este indicador. De 2000 a 2016, Portugal foi dos poucos países em que a desigualdade se reduziu e o segundo em que a redução foi mais expressiva. Contudo, este valor continua elevado e bem acima dos 5,2 da média da UE.

O combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades socioeconómicas impõe-se hoje como um desígnio nacional e internacional não somente por razões de equidade e de justiça

social, mas também por razões de eficiência e de coesão social. Só o fortalecimento do Estado Social e de serviços públicos universais e gratuitos pode promover verdadeiramente a igualdade de oportunidades. Só a minimização da precariedade e a redução das disparidades salariais pode travar a insegurança económica que compromete os projetos de vida das novas gerações.

O combate a todas as formas de desigualdades, além de ser um imperativo ético, jurídico e constitucional na defesa e garantia dos direitos fundamentais, é também um fator determinante para a coesão social. Coesão e justiça social são ainda corroídas pelas desigualdades na relação com os direitos e o reconhecimento como pessoa que se traduzem em discriminações várias, sejam de género, orientação sexual ou identidade de género, raciais, étnicas ou religiosas, de deficiência ou idade.

A atual legislatura permitiu iniciar um caminho de dignificação do trabalho e de recuperação dos salários, de recuperação dos mínimos sociais, de aprofundamento da contratação coletiva e de redução da precariedade. Mas os desafios que se colocam na próxima década são inúmeros, e não apenas não encontram solução numa única legislatura como evoluem e surgem novos desafios em matéria de desigualdade com o desenvolvimento da economia digital. O PS deve comprometer-se com a promoção de uma abordagem integrada dos vários fatores de desigualdade e discriminação que contribua para uma sociedade cada vez mais igualitarista.

O PS deve estudar uma ferramenta eficaz para ter capacidade de aplicar uma medida de impacto nas desigualdades dos diferentes instrumentos estratégicos das políticas públicas e em cada Orçamento do Estado, assim como alterações na fiscalidade .

#### 3.4.1. Combater as desigualdades perante a escola

A redução das desigualdades tem como elemento fundamental o combate às desigualdades no acesso à educação, no sucesso escolar e nos trajetos escolares, do ensino pré-escolar ao superior. Portugal precisa de recuperar o défice educativo nas gerações adultas, de melhorar o sucesso escolar e reduzir o abandono escolar precoce, de reduzir a desigualdade entre escolas e territórios escolares e de diminuir os encargos das famílias com a educação dos filhos. Os progressos alcançados nos últimos anos ainda não nos retiraram dos últimos lugares no domínio da equidade educativa entre os países da União Europeia. Este é, pois, um domínio de ação prioritária do Estado.

O Partido Socialista deve aprofundar todas as medidas de promoção do sucesso escolar, da universalização do pré-escolar ao combate ao insucesso escolar no ensino superior, diversificando os instrumentos e as estratégias flexíveis de combate ao insucesso.

#### 3.4.2. Promover a igualdade de género

A desigualdade de género tem ainda em Portugal múltiplas expressões. Uma das expressões mais relevantes é a disparidade salarial de género. Em Portugal, no ano de 2016, as mulheres receberam em média menos 17,5% do que os homens, um valor acima da (já de si preocupante) média europeia. Dez anos antes, Portugal apresentava um dos mais baixos índices de disparidade da União Europeia (8,4%). O agravamento dos níveis de desigualdade salarial de género é contrário à aproximação das taxas de emprego de mulheres e homens (cujas diferenças diminuiu de 10,5 p.p. em 2007 para 6,3 p.p. em 2017) e à trajetória de

valorização das qualificações das mulheres, que representam desde há décadas a maioria dos licenciados em Portugal e desde 2006 a maioria dos doutorados.

Para promover uma maior convergência nos salários de homens e mulheres, o Governo do PS apresentou recentemente uma proposta de lei para promover a igualdade remuneratória de género que introduz medidas de transparência salarial e que estabelece mecanismos de atuação da inspeção do trabalho para garantir uma efetiva avaliação e correção das diferenças salariais de género.

Mas as desigualdades não resultam apenas da discriminação no pagamento para as mesmas funções. Elas traduzem também um bloqueio cultural no acesso das mulheres a cargos de chefia e dirigentes. O Governo aprovou em junho passado uma lei que determina que empresas públicas e empresas cotadas em bolsa tenham uma representatividade de género mínima nos seus órgãos de administração e de fiscalização. Mais recentemente, a Assembleia da República aprovou uma proposta que estabelece um regime de representação equilibrada no pessoal dirigente e nos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Será importante avaliar o impacto que estas medidas conseguirão ou não ter na desigualdade de género. O Partido Socialista compromete-se a uma monitorização atenta e compromete-se, também, com a introdução de mecanismos complementares no caso de a desigualdade salarial de género não reduzir ou se reduzir a um ritmo não compatível com o país menos desigual que queremos deixar às futuras gerações.

Mas a desigualdade de género assume outras expressões na vida pública, nomeadamente da política. O Partido Socialista fez aprovar em 2006 a Lei da Paridade que estabeleceu uma representatividade mínima de um terço nas listas eleitorais. Em 2015, um terço dos deputados eleitos eram mulheres quando em 2002 esse valor não chegava a 20%. Recentemente, o Governo renovou a ambição nesta área, elevando a representatividade mínima para 40% e colocando restrições ao regime de substituições que permitia por vezes subverter o sentido da lei.

Importa agora olhar para outros domínios da nossa vida coletiva e identificar medidas que possam potenciar uma melhor representatividade de género. A conciliação da vida pessoal com a vida profissional é uma área onde se justifica trabalhar continuamente. Segundo um estudo da OCDE as mulheres trabalham em casa 5h28m enquanto os homens trabalham apenas 1h36m. Não sendo um domínio de fácil atuação é certamente das desigualdades que mais compromete a afirmação das mulheres nos espaços profissionais e cívicos. Sendo uma questão cultural, a intervenção é mais complexa mas acreditamos que subsiste uma latitude de atuação nos domínios da educação e do simbólico em que o Estado pode contribuir para um papel mais equilibrado de mulheres e homens na vida em sociedade.

### 3.4.3. Combater as desigualdades com mais e melhor emprego

A criação de 288 mil empregos e a redução da população desempregada em mais de 200 mil foi um dos maiores contributos do Governo PS para a redução da pobreza e das desigualdades nos seus primeiros dois anos de legislatura. Prosseguir políticas que promovam a criação de emprego e tomar medidas que garantam que o emprego é de melhor qualidade são prioridades do PS para a próxima década.

Uma das expressões mais dramáticas da desigualdade de rendimentos é o elevado número de trabalhadores com baixos salários e em risco de pobreza, fenómeno que assume proporções particularmente elevadas nos trabalhadores a tempo parcial e nos trabalhadores com contratos não permanentes. Os desempregados de longa e muita longa duração são outro grupo muito exposto às desigualdades, acumulando muitas vezes situações de afastamento prolongado do mercado de trabalho a baixas qualificações.

A trajetória de atualização do salário mínimo prosseguida pelo Governo contribuiu para reduzir a intensidade da pobreza dos trabalhadores, diminuindo a proporção de trabalhadores com baixos salários e contribuindo, ao mesmo tempo, para a redução da disparidade na distribuição salarial. Contudo, em 2016, último ano com dados oficiais conhecidos, a proporção de trabalhadores em risco de pobreza permanecia elevada nos 10,9%, acima dos 9,5% da Zona Euro, atingindo os 13,5% nos trabalhadores com contratos não permanentes e 30,2% nos trabalhadores a tempo parcial.

Por isso, o PS deve liderar um movimento para um consenso estratégico de convergência salarial, tanto internamente, reduzindo as disparidades salariais, como externamente, promovendo a aproximação ao nível médio dos salários na Europa. Significa isto considerar prioritário o aumento da produtividade pelas qualificações, pela maior incorporação tecnológica, por mais inovação. Só assim podemos caminhar de forma sustentada para:

- uma política de atualização sustentada do salário mínimo, preferencialmente ancorada num objetivo de médio prazo, garantindo que o objetivo de elevar os salários mais baixos é prosseguido num quadro de previsibilidade e confiança para todos os agentes;
- o aprofundamento dos esforços para dinamizar a contratação coletiva enquanto espaço privilegiado de fixação de salários ao nível da empresa e do setor e enquanto mecanismo fundamental de redução das desigualdades salariais e de promoção de condições de maior equidade para os trabalhadores na metade inferior da distribuição que individualmente possuem menos poder de negociação;
- acompanhar a implementação das medidas aprovadas para a promoção de igualdade remuneratória de género, em que se introduziram medidas de transparência salarial e mecanismos de atuação da inspeção do trabalho para garantir uma efetiva avaliação e correção das diferenças salariais de género;
- ponderar a implementação de medidas para a convergência de rendimentos ao nível dos territórios;
- prosseguir o combate à segmentação laboral como instrumento de promoção da convergência salarial.

#### 3.4.4. Estabilizar dos mínimos sociais

Portugal é um dos países mais desiguais da Europa mas é também dos países que tem tido melhores resultados na redução das desigualdades, sobretudo no combate à pobreza. A criação de prestações sociais eficazes (RMG em 1997 e CSI em 2006) permitiu reduzir de

forma significativa bolsas persistentes de pobreza bem como a sua severidade. Não obstante, Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer.

A eficácia do Complemento Solidário para Idosos é particularmente ilustrativa de como as políticas públicas bem pensadas e desenhadas produzem bons resultados. O Governo do PS repôs o valor de referência assim que entrou em funções e, mais recentemente, alargou o universo de elegíveis, tendo em curso uma campanha de divulgação do CSI.

O Partido Socialista não se deve conformar com a persistência de desigualdades que colocam em causa a coesão social, comprometendo-se a reavaliar os instrumentos de mínimos sociais de apoio à população em idade ativa para melhor conciliar a proteção social com os estímulos à integração no mercado de trabalho.

#### 3.4.5. Construir respostas globais para a desigualdade de rendimentos

Um [relatório do parlamento inglês](#) divulgado recentemente prevê que, a manter-se a tendência observada desde 2008, em 2030 1% da população mundial poderá concentrar dois terços da riqueza global. Por outro lado, apesar das dificuldades de aferição, estima-se que 10% da riqueza mundial esteja sediada em territórios de tributação privilegiada. A excessiva concentração de riqueza e a [tendência global de crescimento de desigualdades](#) dentro dos países e entre países é hoje uma preocupação global, não só porque põe em causa os valores democráticos da meritocracia e da justiça social, mas também porque compromete o dinamismo da própria economia, reduzindo a procura e gerando desemprego que, por sua vez, agravará os níveis de procura.

A acumulação de riqueza e a sua autorreprodução são desafios à escala internacional e que requerem uma reposta política coordenada e inteligente que passa, desde logo, pela criação de instrumentos internacionais que impeçam a existência de territórios e mecanismos de evasão fiscal. Os [socialistas europeus já propuseram medidas](#) que podem ter algum impacto na redução da evasão fiscal mas muitas outras permanecem por aprovar. A Comissão Europeia propôs a Taxa sobre Transações Financeiras há muito reclamada pelos socialistas europeus mas que ainda está por implementar e Portugal está, aliás, no grupo de 10 países que se propuseram aderir logo na fase inicial. O PS deve assumir um papel de liderança nesta temática a nível europeu.

#### 3.4.6. Garantir maior Justiça fiscal

Um sistema fiscal justo é um elemento fundamental não apenas do combate às desigualdades mas também do progresso económico e social.

Importa implementar políticas capazes de garantir uma justa taxação dos ganhos de capital, que surgem muitas vezes como expediente para evitar a tributação de rendimentos em sede de IRS.

O combate à evasão fiscal é um elemento central na garantia de justiça fiscal e, num mundo global, a troca de informações e a ação conjunta entre vários países é a chave para uma ação eficaz.

#### 3.4.7. Assegurar relações laborais estáveis

Apesar das melhorias registadas nos últimos dois anos, Portugal continua a ter um peso de contratação permanente bastante distante da média europeia. O Governo apresentou recentemente medidas que visam a promoção da contratação sem termo, sem a qual nenhuma das partes investe devidamente na relação laboral, comprometendo quer a produtividade e potencial de modernização das empresas, quer as condições de segurança e estabilidade e as perspetivas de progressão dos trabalhadores.

O PS assumiu um conjunto de compromissos no sentido de melhorar a qualidade do emprego em Portugal, combatendo a precariedade e promovendo a contratação permanente. Além das medidas já concretizadas e em curso, o Governo apresentou um conjunto de propostas em sede de concertação social para introduzir um maior equilíbrio na legislação laboral e para promover práticas mais sustentáveis de contratação. Os impactos das medidas já adotadas e a adotar deverão ser avaliados à luz dos desenvolvimentos de curto e médio prazo do mercado de trabalho, no contexto da sociedade digital, e eventualmente reforçados com medidas complementares caso subsista a excessiva segmentação do mercado de trabalho.

No abrangente conjunto de medidas que o Governo apresentou aos parceiros sociais constam também medidas de promoção da contratação coletiva. Também neste domínio, o Governo tomou medidas nos dois primeiros anos que permitiram uma melhoria da cobertura por convenções coletivas, permanecendo ainda assim muito abaixo de padrões europeus e abaixo dos níveis que o Executivo ambiciona, sabendo o papel da contratação coletiva no aumento do desenvolvimento económico e na redução das desigualdades.

Além do aprofundamento das medidas de combate à precariedade e da continuação da promoção da contratação colectiva, devem ser ponderadas outras abordagens ainda com pouca expressão em Portugal, nomeadamente o reforço dos incentivos à participação dos trabalhadores na gestão das empresas e uma aposta na transparência salarial.

#### 3.4.8. Reduzir as desigualdades geracionais

A maior incidência de alguns dos fatores de desigualdade entre as gerações mais jovens traduz-se numa redução das oportunidades neste segmento da população. São neste domínio particularmente graves a incidência de fatores de desigualdade como o acesso ao mercado de trabalho e a uma relação salarial estável, bem como ao primeiro alojamento. A insegurança acrescida que daqui resulta tem constituído um dos fatores mais poderosos para a opção pela emigração e a busca de oportunidades que permitam concretizar recursos educativos com baixa procura em Portugal. Reduzir os atuais níveis de emigração passa, sobretudo, por reduzir a desigualdade geracional nos domínios do emprego e da precariedade, seja ela no mercado de trabalho ou de habitação.

#### 3.4.9. Lutar contra as discriminações

Uma das áreas em que o PS mais tem contribuído para a redução das desigualdades e discriminações é a da igualdade em função da orientação sexual e da identidade. Depois de em 2001 se ter reconhecido juridicamente a união de facto e de em 2010 se ter contemplado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os últimos dois anos registaram novos progressos, como a eliminação da discriminação na adoção por casais do mesmo sexo e no alargamento de condições à Procriação Medicamente Assistida.

As desigualdades socioeconómicas não interseam apenas de modo variável as diferentes gerações mas têm também uma incidência mais gravosa em populações racialmente discriminadas. A sobreposição entre desigualdade e racismo, em especial em territórios marginalizados, contém um potencial grave de corrosão da coesão social e nacional. O PS precisa de pôr em prática medidas antidiscriminação mais eficazes, desenvolver estratégias de reconhecimento que reduzam a incidência do preconceito e contrariar lógicas de guetização territorial.

Finalmente, o destino da imigração depende muito das políticas de integração dos migrantes. Esta integração tem uma componente cívica, de igualdade de direitos, resultante do estatuto de estrangeiro da maioria dos novos migrantes; social, quando os migrantes são de origens mais desfavorecidas; e cultural, quando na sua receção estão envolvidos preconceitos e práticas discriminatórias. Políticas inclusivas de integração são, pois, políticas de cidadania política e social. O Partido Socialista teve um papel crucial na promoção, em Portugal, de novas políticas de imigração, mais inclusivas e cosmopolitas. O papel que desempenhou no plano legislativo e na criação de estruturas de gestão da integração dos migrantes e de intervenção sobre os fenómenos da discriminação precisa hoje de ser renovado e atualizado. É sobretudo necessário retomar a afirmação e concretização do princípio geral da igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros imigrados em Portugal.

## Conclusão

O grande desígnio que o PS deve assumir na entrada da terceira década do século XXI é o de consolidar a recuperação económica e social conseguida nos últimos anos, mas fundamentalmente o de criar condições para prolongar e tornar sustentável o ciclo de crescimento da riqueza e do emprego.

Trata-se, por um lado, de fortalecer de forma estrutural as condições para o país responder aos desafios contemporâneos e, por outro, de reduzir de modo igualmente sustentado os impactos negativos nas nossas economia e sociedade de ciclos desfavoráveis da envolvente internacional.

Só assim teremos verdadeiras condições para cumprir o desígnio a que dedicámos esta moção: geração 20/30 possa viver todas as oportunidades para se realizar plenamente

É por isso que esta moção se concentra em quatro desafios estratégicos e de impacto transversal para o futuro: as alterações climáticas, a demografia, a sociedade digital e as desigualdades. Estes temas não esgotam a resposta à construção do futuro, mas colocam o PS na dianteira do debate sobre o futuro. O PS pode agora preparar de forma participada e aprofundada o Programa Eleitoral com que se apresentará às eleições legislativas de 2019.

O próximo ciclo eleitoral, que de acordo com os calendários previstos começa nas eleições europeias e culminará nas legislativas, é da maior importância para o país. Virada a página da austeridade, será neste novo ciclo que se irão reforçar as condições para que Portugal vença os desafios estratégicos da próxima década.

Da capacidade e da força do PS dependerá a concretização deste desígnio. E depende de nós próprios, em primeira instância, reunir as condições, na sociedade portuguesa mas também dentro do partido, para que a nossa visão da Geração 20/30 seja partilhada e reconhecida como a melhor para o futuro do país.

O PS conta com os seus militantes, simpatizantes e eleitores e com todos os portugueses para mobiliar o país para estes desafios. Isso implica, desde logo, reforçar a influência política e social do partido. O PS precisa de aprofundar a sua dinâmica de abertura e renovação, na melhor tradição do que temos feito ao longo da história, e responder de modo positivo aos desafios da participação cívica e política que hoje se colocam às democracias contemporâneas.

É necessário dar voz aos mais jovens e reforçar a nossa ligação aos movimentos sociais, nomeadamente no mundo laboral e empresarial, associativo e solidário.

Porque a Geração 20/30 só concretizará plenamente o seu potencial se conseguirmos a melhor combinação entre uma estratégia global para o país, políticas públicas adequadas e rigorosas, o contributo e participação dos diferentes quadrantes da sociedade civil e um partido forte, presente e ativo para lutar por esta ambição coletiva.

Esta é a visão da Geração 20/30.

E é este o Partido Socialista que se apresenta aos portugueses para a concretizar.